

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
2ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO



Pacto Nacional
pelo Fortalecimento do
Ensino Médio

1º ENCONTRO PARA ESTUDOS COM
ORIENTADORES
MAIO DE 2014

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico Institucional

1.1- O Império

1834: Ato Adicional à Constituição de 1824 – Províncias: o direito de promover e regulamentar o ensino primário e médio. Esfera nacional: abrangia as escolas que ministravam o ensino primário e médio no município da corte e o superior em todo o país.

1835: Aparecimento dos liceus provinciais.

1837: Criação do Colégio Pedro II (na corte).

1870: Estudos secundários entregues quase que exclusivamente à particulares.

1872 e 1884: Funcionavam na província de São Paulo apenas as aulas avulsas de latim e francês de Itu.

1.2- A República:

1891: Transfere a instrução primária aos Estados. Criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados e prover a educação primária e secundária no Município Neutro.

Existência de dois sistemas paralelos de educação, “um para o povo e o outro para à elite”. Ver p. 9

Separação: **Ensino Popular** : Escolas Primárias, ensino normal e profissional

Educação das Elites: Melhores escolas primárias, ginásios e escolas superiores.

1911: Exames de admissão; **1915:** Exames de Vestibulares.

Além da aprovação no vestibular, exigia-se “um certificado de aprovação das matérias do curso ginásial, realizado no Colégio Pedro II ou nos colégios estaduais a ele equiparados e fiscalizados pelo Conselho Superior de Ensino. Ver p. 11 (negrito)

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico Institucional

1.3- Os anos de 1930, o Estado Novo e as Leis Orgânicas do Ensino

1º Ministro da Educação e Saúde de Vargas: Francisco Campos – Participou do movimento **Escola Nova** . Líder da Legião de Outubro (MG) e responsável pelas reformas educacionais naquele Estado na década de **1920**.

18/04/1931: Reforma do ensino secundário. Afirmava ser o ensino secundário o mais importante ramo do sistema educacional em termos quantitativos e qualitativo, e propõe: Ver p. 12 e 13 – fala

1937: A Constituição atribuiu a competência à União para “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes que devem obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude.”

- **Gestão de Gustavo Capanema:** Consagrou o ginásio de 4 anos e 3 anos entre o clássico e o científico. Ao fim de cada ciclo haveria um “exame de licença”. Quem não conseguisse ingressar na Universidade, teria a opção de frequentar os cursos profissionalizantes.
- **Dificuldade enfrentada:** Expansão do setor privado a partir de 1920, 1930 e 1940. Maioria SP.

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico Institucional

- Legislação de 1942: Escolas que pretendessem realizar educação secundária deveriam requer sua inspeção ao Ministério o qual durante dois anos acompanharia com rigor suas atividades.

Colégio Padrão : Colégio Pedro II (RJ) – Ver p. 16

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico Institucional

1.4- Do fim da ditadura Vargas à ditadura civil militar: dos anos 1950 aos anos 1980

1950: “Verdadeira revolução no ensino médio brasileiro” . Ver p.18

1961: LDB – Equivalência dos cursos técnicos ao secundário, para efeitos de ingresso em cursos superiores.

Lei nº 5692 / 71 : governo militar introduziu formalmente a mudança, fixando a obrigatoriedade do ensino comum de oito anos. De acordo com essa lei, o ensino de todas as escolas de 2º grau passa a ser “generalizadamente profissional”. Empobrecimento dos currículos. (p.20)

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico Institucional

1.5- Da redemocratização ao período atual:

LDB 9394/96: Ensino Médio com função formativa, etapa de conclusão da Educação Básica.

Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental (ex. 1º grau), o ensino médio (ex. 2º grau) e a educação de jovens e adultos.

Predomínio do modelo de competência(Relação direta e subordinada da formação escolar ao sistema produtivo).

Um dos frutos maiores da reflexão crítica de alguns participantes da elaboração da LDB é o projeto de **Formação Humana Integral**.

Decreto nº 5.154/04 – Ações estabelecidas no Governo Lula reintegra-se o ensino técnico ao ensino médio; Surgimento do FUNDEB; Elaboradas e aprovadas as DCNEM; Surgem o Proeja, Proeja FIC e o Proeja Indígena.

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico

Institucional

2007: Programa Brasil Profissionalizado (Repasse de recursos federais para aos Estados investirem nas Escolas Técnicas). Ver p.24 e 25

- Formas que configuram o oferecimento do Ensino Médio no país, atualmente: Regular, Normal/Magistério, a Integrada à Educação Profissional e a EJA.
- Importante lembrar: Recente aprovação pela Câmara dos Deputados da destinação de 10% do PIB à educação pública, pressuposto para a implantação e consolidação do ensino médio de qualidade social, isto é, que promova a formação humana integral em jornada escolar de tempo integral.

Atividade p. 26

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico

Institucional

Desafios para o Ensino Médio

2.1- Quadro Geral do Ensino Médio: O que nos dizem os indicadores sociais:

- Ensino Médio de caráter propedêutico destinado aos estudantes da faixa etária denominada “regular”. Ver tabela e comentários p. 27 e 28
- A cada quatro alunos matriculados, um não tem sucesso sem ser aprovado para a série seguinte.
- Realidade das escolas estaduais: o aumento de matrículas corresponde um aumento nas taxas de reprovação e abandono.
- **Desafio:** Políticas para a fixação dessa parcela da juventude que se aproxima da escola. Ver p. 29, 30 e 31

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico Institucional

3- Rumo ao Ensino Médio de Qualidade Social as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o Direito a Educação e a Formação Humana Integral

- Os poucos melhores posicionados na hierarquia socioeconômica estão na escola privada, cujo fim é aprovar para as universidades públicas e reduzindo a preocupação com a formação humana integral.
- Outro grupo, muito pequeno, está na rede federal de EPT no EMI.
- 3º Grupo: EMI estadual.
- 4º Grupo: EM propedêutica na rede estadual, nem reproduz o academicismo da escola privada nem proporciona profissionalização.
- 5º Grupo: Milhões de jovens e adultos pobre não matriculados em rede alguma ou que tiveram que abandonar os estudos.

GRANDE DESAFIO: Avançar na direção de garanti-lo como direito igualitário de todos de forma pública, gratuita, laica e com qualidade. FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL. Ver citação p. 34 / Frase Charlot (p.36) – Gramsci (p.36 e 37)

Caderno 1: Ensino Médio – Um balanço histórico Institucional

4- Outros desafios às Políticas Públicas de Ensino Médio

- Política que realizem mudanças ou reformas estruturais e promovam a superação da atual estrutura social geradora da desigualdade.
- Política capaz de retirar do mercado de trabalho, formal e informal, todas as crianças e jovens até a idade legal de conclusão do ensino médio.
- Universalização do ensino médio público de qualidade: Implantação da escola unitária de currículo integrado, que tenha por princípio a dialética entre sociedade, trabalho, cultura, ciência e tecnologia.
- Enfrentamento dos seguintes desafios (ver p. 42 e 43)
- Atividade p. 45

REFLEXÃO E AÇÃO

Diante deste quadro, como chegar
a UNIVERSALIZAÇÃO do
Ensino Médio?